Paisagens e turismo: sobre riscos ambientais naturais e suas vulnerabilidades

Landscapes and tourism: about natural environmental hazards and their vulnerabilities

Solange T. de Lima Guimarães¹

¹ Geógrafa, Livre-docente em Interpretação e Valoração de Paisagens. Prof. Adjunto do Depto. de Geografia, IGCE-UNESP, campus de Rio Claro, São Paulo, Brasil. E.mail: hadra@uol.com.br

Resumo

Este artigo trata das paisagens turísticas e riscos ambientais, considerando a combinação de suas vulnerabilidades sociais e naturais. O turismo de base local diante da ocorrência de eventos extremos deve ater-se também a aspectos que levem em conta o desenvolvimento de sistemas complexos adaptativos, resiliência da paisagem e das comunidades envolvidas, além das preocupações referentes à implantação de sistemas de alerta e preparação de comunidades para emergências locais e redes de monitoramento, visando assegurar a qualidade de vida e ambiental das populações.

Palavras-chave: Turismo. Paisagem. Riscos ambientais. Resiliência. Sistemas complexos adaptativos.

Abstract

This article is about the tourist landscapes and environmental hazards, considering the combination of their social and natural vulnerabilities. The tourism locally based in front of the occurrence of extreme events should also stick to aspects which take into consideration the development of complex adaptive systems, resilience of the landscape and the communities involved, further than the concerns associated to the implementation of systems of alert and preparation of communities for local emergencies and monitoring networks, aiming to ensure the quality of life and environmental of populations.

Keywords: Tourism. Landscape. Environmental hazards. Resilience. Complex adaptive systems.

1 Introdução

Com a expansão da veiculação e acessibilidade de informações e conhecimentos por meio da *WEB*, tomamos ciência cotidianamente sobre diferentes tipos de fatos correlacionados ao meio ambiente em várias regiões do planeta, embora o grau de veracidade e de detalhamentos sobre muitos, cada vez mais necessite de um rigor crescente para não gerarem contextos alarmistas e caóticos, principalmente no que tange às situações de ocorrências de riscos e desastres ambientais naturais em paisagens que são consideradas atrativos turísticos.

Todavia, informações, imagens e representações são geradas, compartilhadas e interpretadas por diversificados setores e segmentos da sociedade, levando a vários níveis de compreensão e exploração das realidades experienciadas durante estes eventos, bem como de sua imagética, nem sempre correspondentes às realidades, mas que acabam funcionando como ‘estigmas’ para estas paisagens, a ponto de consolidarem sérios equívocos, por meio de distorções perceptivas e interpretativas que influenciarão direta e indiretamente os processos de gestão ambiental, desen-

volvimento territorial sustentável e o planejamento turístico, entre outros aspectos relacionados à valoração objetiva e subjetiva das áreas em questão.

Estas conjunturas, por sua vez, no tocante aos aspectos da qualidade ambiental e de vida das populações atingidas, envolvem ainda os processos de resiliência diante de seus gradientes respectivos à mudança, à adaptação diante das alterações e modificações, além dos ajustes e respostas intencionais ou acidentais, referentes aos danos materiais e imateriais, perdas humanas, deterioração de paisagens e lugares, seleção de medidas preventivas e mitigadoras, de estratégias políticas e de segurança, de educação associada à defesa e proteção civil, etc.

Consequentemente, os múltiplos e complexos dimensionamentos da percepção ambiental das áreas atingidas e das escalas valorativas decorrentes precisam ser considerados sob uma minuciosa análise das condições pertinentes às fragilidades e vulnerabilidades sociais e naturais, abrangendo tanto o conhecimento técnico-científico inter e multidisciplinar, como os saberes tradicionais e o conhecimento empírico, incluindo também o desenvolvimento de tecnologias adaptadas às realidades regionais, de modo a não negligenciá-las.

Numa perspectiva correlacionada à gestão dos riscos e desastres ambientais e o turismo, analisamos cenários interativos passados e futuros cada dia mais críticos e de efeitos cumulativos, complexos e interdependentes, tendo em vista a imbricação de variáveis específicas relativas às diferentes paisagens geográficas consideradas atrativos turísticos, tais como concentração demográfica, processos de ocupação urbano-rural inadequados, preferências e valores paisagísticos, associados à ocorrência de eventos naturais extremos, condicionados ou não às mudanças climáticas ou variações sazonais, e à degradação dos recursos ambientais/naturais comuns, ou ainda a inadequação das multifuncionalidades paisagísticas (Naveh, 2000; 2001).

Temos, portanto, um enfoque pautado na intersecção/interação de sistemas ambientais complexos sobre os níveis de conhecimento e sua organização referentes às paisagens turísticas como sistemas socioecológicos (Berkes; Colding and Folk, 2003), abrangendo também a seleção de alternativas, estratégias, elaboração de respostas e resolução de conflitos e questões políticas e socioeconômicas decorrentes, correlacionadas aos processos de adaptação e ajustes desenvolvidos frente à multiplicidade de situações verificadas durante e pós desastres ambientais.

2. Paisagens de risco e o Turismo em risco: impactos e efeitos dos desastres ambientais

2.1 Indonésia

Para tecermos algumas correlações sobre a relevância dos estudos sobre as paisagens de riscos, lembramos aqui a ocorrência de alguns eventos extremos, como terremotos e tsunamis que abrangeram reconhecidos destinos turísticos internacionais, a exemplo das ilhas da Indonésia e da Polinésia, Tailândia (estâncias turísticas das Ilhas Phi Phi e Phuket), além de outros locais afetados, que em anos praticamente sequenciais vêm impactando de modo cumulativo e adversamente estas áreas costeiras. O tsunami de 26 de dezembro de 2004 devastou as áreas costeiras de vários países, ocorrendo após um terremoto submarino que teve seu epicentro na costa de Sumatra (Oceano Índico), no sudeste Asiático, apresentando magnitude de 9,3 na escala Richter, considerada como excepcional (9>). A combinação destes eventos – terremoto e tsunami – foi considerada como uma das mais devastadoras, registrando-se uma perda de vidas humanas estimada entre 225 mil a 230 mil pessoas, sendo o ponto mais atingido a província de Aceh, na extremidade norte da ilha de Sumatra, conforme o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV, 2005).

Figura 1: Expansão do tsunami pelo Oceano Índico

Fonte: UOL (2004).

Cabe recordar ao leitor que nesta estação do ano que abrange as festas natalinas e de ano novo, estas localidades recebem um alto fluxo de turistas, atraídos pelo desfrute de suas paisagens paradisíacas durante o período de veraneio, o que levou a uma situação caótica, considerando-se a insuficiência de infraestruturas civis, socioeconômicas, tecnológicas, além da inexistência na época de agências ou centros responsáveis pelo monitoramento oceânico, por redes de alertas sismográficos em muitos destes países, aliadas às características extremas do evento mencionado pertinentes às dimensões de magnitude, extensão da área, dispersão espacial, velocidade de aparecimento.

Agências e redes de monitoramento só vieram a ser implementadas após o desastre em algumas áreas dos 15 países atingidos, pois segundo a BBC (2005): “Milhares de turistas europeus ficaram isolados no Sri Lanka, nas Maldivas e na Tailândia depois do tsunami”, inclusive muitos foram contados entre as vítimas fatais. Entretanto, em 2012, na Tailândia, especialistas voltavam a chamar a atenção internacional para as graves situações de deterioração dos centros de alertas para desastres, painéis informativos de rotas de fuga, sirenes de alarme, alto-falantes estragados e fora de funcionamento, denunciando a negligência dos governos e a falta de segurança nestas localidades turísticas. (Folha de São Paulo, 2012). Contudo, apesar das proposições às instituições governamentais, realizadas por uma coalizão de organizações ambientais solicitando outro modelo turístico para as áreas em oposição à estratégia de massificação, o turismo como produto econômico continuou a crescer, mesmo com todas as falhas e perigos, mais as possibilidades de enfrentamento de novos desastres. Os mesmos erros, imprudências e negligências continuam a ser cometidos em favor de um turismo que prioriza apenas como indicador econômico o produto interno bruto dos países receptores, em avaliações tendenciosas, prejudicando a valoração ambiental destas paisagens sob vários aspectos socioeconômicos e culturais que também deveriam ser reconhecidos como indicadores válidos no cômputo dos benefícios sociais e serviços ambientais.

Figura 2: Uma das ilhas Phi Phi, na Tailândia, dois dias após o tsunami de 2004

Fonte: Mail On Line (2012).

Assim, quando analisamos as realidades das comunidades atingidas por eventos extremos e que se encontram na área de influência operacional dos empreendimentos e projetos do setor turístico implementados pelas grandes corporações internacionais, observamos uma conjuntura ambiental alarmante e perversa quanto à avaliação dos gradientes de impactos negativos, das combinações e reconfigurações de seus sistemas socioecológicos, das efetivas e possíveis condições de sustentabilidade territorial e recuperação das multifuncionalidades da paisagem local e regional. Entre a imagem turística e as realidades existentes, permeiam intencionalidades referentes às escusas do capital.

O fato destas localidades se constituírem em destinos turísticos sustentados e mantidos pelo capital transnacional, não significa que os empreendimentos efetivamente estejam preocupados com a implementação de programas de desenvolvimento territorial sustentável, pois a maioria das comunidades de entorno permanecem destituídas de benefícios e investimentos, a não ser aqueles diretamente ligados ao interesse dos grupos empreendedores, ou de obrigatoriedade legal, a exemplo dos relatórios de impacto de vizinhança, que de modo geral não são obser-

vados, nem cumpridos, subvertendo os processos de resiliência, responsabilidade social e sustentabilidade. E mesmo assim, muitas situações são burladas, em detrimento da qualidade de vida e ambiental destas populações, desde que as imagens turísticas não sejam conspurcadas...

Nos cenários de riscos e desastres, temos ainda que considerar o fator “risco extremo de mortes”, por doenças contagiosas em caráter de epidemias (geralmente relacionadas a algumas das chamadas “doenças tropicais negligenciadas” (DTNs) e à falta de água potável e saneamento, que desencadeiam outros perigos iminentes, significando riscos potenciais e efetivos à sociedade. Estas complexidades contextuais por sua vez, puderam ser verificadas no decurso do monitoramento e avaliação pós-desastre nas regiões atingidas pelo tsunami, referentes às inter-relações e combinação dos conjuntos de impactos decorrentes. Soma-se a esta devastação, a perda muitas vezes irreversível do patrimônio natural e/ou cultural, representado em seus aspectos materiais, como por exemplo, antigas edificações tradicionais, monumentos arquitetônicos, cenários estéticos, *landmarks* regionais ou locais, etc², mais a perda incomensurável dos *Tesouros Humanos Vivos*³ destas comunidades, parte essencial da experiência de paisagens, na dimensão do vivido, bem como da qualidade estética das paisagens turísticas.

Passada uma década, estes lugares ainda apresentam resquícios paisagísticos pretéritos que testemunham os sinais da devastação de 2004, e em muitos casos, acentuados pelos efeitos de eventos naturais posteriores, apresentam um acúmulo e agravamento dos impactos e efeitos adversos, podendo levar a cenários futuros de disrupções e colapsos de natureza sociocultural e ambiental. Ao persistirem até os dias de hoje, promovem a gênese de uma imagética vinculada à topofobia, em especial para o turismo, quase sempre apoiado em um *marketing* de cenários idílicos, menos comprometido com as realidades locais e informações geográficas mais fidedignas, na ‘corrida’ da venda de paisagens de sonho, que eventualmente se convertem em pesadelos, resultantes de uma insensatez presunçosa dos mercados.

2.2. São Luiz do Paraitinga, Brasil

Também no Brasil, temos vários de nossos destinos turísticos prejudicados por eventos extremos, destacando-se as enchentes sazonais, com a geração de impac-

2 Para melhor conhecimento da área atingida, consultar: Tsunami Video: The Best Tsunami Video Anthologies, disponível em: < http://tsunami2004videoarchive.com/tsunami_video_the_best_tsunami.htm>; Asia's Deadly Wave, New York Times, disponível em: <http://www.nytimes.com/packages/khtml/2004/12/28/international/worldspecial4/20041228_eq_INDIA_FEATURE.html>.

3 Tesouros Humanos Vivos: <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00061&lg=ES>

tos ambientais que não só levam à deterioração, como à destruição de um rico patrimônio secular. Em relação à paisagem cultural, registramos perdas irreversíveis de muitas delas, necessitando de processos de reconstrução e recuperação especializados, visto que as edificações do período colonial e imperial brasileiro em sua maioria, foram construídas em adobe (adobino), taipa de pilão e de pau a pique, ou seja, construções frágeis diante de fortes inundações e enchentes, pois seu material básico de composição – o barro – se dissolve com a condição de encharcamento, levando a perdas imensuráveis, pois não só são condizentes com a situação legal de patrimonialização e tombamento, como também às referências significativas pertinentes às dimensões de espaço e mundo vivido para toda uma população.

Como exemplo mais recente, temos o caso da cidade paulista de São Luiz do Paraitinga, datada de meados do século XVIII e situada às margens do rio Paraitinga, na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. A cidade que foi elevada à categoria de estância turística em julho de 2002, sofreu uma das piores enchentes de sua história na noite de 31 de dezembro de 2009 até os primeiros dias de janeiro de 2010, quando o rio Paraitinga que atravessa a sua área urbana, registrou cerca de 12 metros acima do seu nível normal, resultante de vários fatores climáticos e geomorfológicos combinados, cobrindo toda a área do seu centro histórico.

O seu patrimônio histórico-arquitetônico do século XIX, apresenta casarões construído entre 1840 e 1850, período relativo ao apogeu da expansão cafeeira pelo Vale do Paraíba, representando um conjunto paisagístico de relevância estética e cultural, além de se constituir em um dos principais atrativos turísticos da cidade, servindo de cenário para festas tradicionais, a exemplo da Festa do Divino, do Carnaval, entre outras manifestações da cultura local e regional do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo (SP). Assim temos o tombamento do seu centro histórico pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), datado desde 1982. Já o tombamento como patrimônio cultural brasileiro, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), data de 10 de dezembro de 2010, e compreende o centro histórico com suas “características arquitetônicas e o traçado urbano singular dos períodos colonial e imperial” (IPHAN, 2010), sendo que:

A delimitação da área do conjunto urbano tombado abrange mais de 450 imóveis e a preservação visual do entorno. Esse entorno compreende o “mar de morros” que envolve a cidade, formando uma moldura verde que valoriza o conjunto arquitetônico. A área total de preservação visual ultrapassa os seis milhões de metros quadrados. Os marcos urbanísticos e arquitetônicos descritos no perímetro da área urbana, têm como objetivo, prioritariamente, a proteção públi-

ca e abrange o rio Paraitinga, ruas e áreas seriamente afetadas pela enchente.(IPHAN, s.d.).

Todavia, o centro histórico da estância turística por ocasião da enchente de 2010 ficou reduzido a escombros e desmoronamentos, após as águas baixarem, comprometendo toda a multifuncionalidade e resiliência de sua paisagem urbana e áreas de entorno, e conseqüentemente, as atividades turísticas sofreram duramente com as conseqüências do evento. Também o município de São Luiz do Paraitinga (a exemplo de inúmeros outros casos em nosso país), apesar do antigo histórico de enchentes em sua área urbana, não apresentava qualquer plano de contingência, tipo de sistemas de alertas ou de identificação e monitoramento das áreas de riscos, sendo estes implantados somente após o desastre de 2010. E como em todos os períodos festivos da cidade, a concentração de turistas era extremamente elevada no dia 31 de dezembro de 2009, véspera de Ano Novo...

Diante dos fatos, a população local, embora não dispusesse de qualquer preparo ou capacitação no que tange aos sistemas de *Alerta e Preparação de Comunidades para Emergências Locais* (Rosin; Cunha; Cunha, 2011), ou de planos de contingência e de atendimento a situações de emergências, esquemas de segurança correspondentes, etc. , demonstrou uma forte resiliência no enfrentamento das situações respectivas ao “durante” e “pós-desastre” marcadas pela cooperação, desenvolvendo mecanismos de ajustes e respostas imediatos. Tais ações mitigadoras tanto direcionadas ao resgate da própria população por meio dos barcos das empresas locais de *rafting* que atuavam na área, quanto à organização de mutirões de ajuda mútua, limpeza dos escombros, busca de documentos, contribuiu para não serem registradas perdas de vidas humanas ou atitudes que estivessem relacionadas ao saque, muito comum em áreas atingidas por eventos desta magnitude.

É digno de nota, que no primeiro momento, foi a própria comunidade luizense que se movimentou de modo proativo para as medidas de socorro em função do dimensionamento da magnitude, dispersão espacial, velocidade de aparecimento e extensão areal alcançados pelo desastre, considerando-se que predominavam nas áreas atingidas, zonas residências e comerciais, e o auxílio externo (defesa civil, corpo de bombeiros, entre outros), viria somente bem depois, impedidos pelos obstáculos de acesso e comunicação – uma vez que a cidade ficou dividida em duas áreas, cortadas pelo Paraitinga, tendo vários dos seus acessos interditados.

Figura 3: Vista aérea da cidade de São Luiz do Paraitinga durante a enchente de janeiro/2010.

Fonte: VEJASP (2010).

Figura 4: Vista do centro histórico inundado e ao centro, a matriz de São Luiz de Tolosa em ruínas.

Fonte: Notíciannahora (2012).

Figura 5: Vista do centro histórico, setor próximo do Mercado (somente com a estrutura retangular do telhado aparecendo) e ao fundo e à esquerda, o rio Paraitinga (transversal). Podemos observar o antigo casario de adobe, taipa e pau-a-pique, bem como a praça central, submersos pelas águas.

Fonte: Notícianahora (2012).

No caso de São Luis do Paraitinga, assim como em relação a outros lugares marcados por cenários paisagísticos históricos, podemos afirmar que a atividade turística não deve ser somente o motivo da conservação de suas estruturas histórico-arquitetônicas; mas também a preservação de suas raízes e referências culturais e memoriais deve ser considerada, “principalmente pela perpetuação de momentos que marcaram a história do lugar e que ajudaram na construção de uma identidade territorial reconhecida por seus habitantes”.(Matos, 2010, p. 78-79).

Ao reconhecerem as paisagens como territorialidades de suas histórias de vida, os luizenses demonstraram uma resiliência justamente a partir da percepção e compreensão de seus lugares como espaço vivido, dos processos de atribuição de significados e valores abarcados pela experiência vivenciada. Neste reconhecimento, observamos a resiliência desta comunidade no tocante às respostas e adaptações acidentais e intencionais, assim como, na reconstrução e recuperação das marcas de sua paisagem, referenciais de sua identidade tradicional ligada à cultura caipira, marcada pela solidariedade e hospitalidade: “– Um ajudou o outro, ninguém tinha mais nada”, foi a recordação de uma moradora.

Passados quatro anos, a cidade ainda se recupera, reconstruindo seu patrimônio, implantando sistemas de alertas, e traçando diretrizes de planejamento ambiental interinstitucional, de modo a traçar um processo de cogestão de seus recursos comuns, integrada às políticas públicas regionais, com vários delineamentos de ações proativas e preventivas, a exemplo das avaliações das bacias hidrográficas regionais associadas a programas de educação ambiental para toda a comunidade. Também quanto a outros aspectos concernentes à qualidade estética e visual da paisagem urbana e histórica receberam melhorias, evidenciando o caráter turístico da área.

3. O estudo da percepção dos riscos ambientais como uma preocupação geográfica: relembando histórias...

Ainda no tecer de reflexões sobre estes exemplos de eventos extremos, áreas turísticas e as situações de ‘antes’, ‘durante’ e ‘depois’, apresentando panoramas tão diversos mas convergindo para acentuadas precariedades semelhantes, somos levados a outros históricos, porém, agora relacionados à gestão dos riscos e desastres ambientais, às políticas públicas, à participação da sociedade, às estratégias abarcadas pelo planejamento ambiental e turístico, além do desenvolvimento de programas específicos e adequados às características das distintas regiões geográficas, como necessidades emergenciais principalmente em países marcados por contextos socioeconômicos e ambientais já fragilizados.

No que tange às pesquisas sobre a redução e mitigação dos efeitos dos desastres ambientais, a UNESCO apresenta estudos multidisciplinares que remontam aos anos de 1960. E neste mesmo período presenciamos o surgimento de vários movimentos e eventos internacionais em defesa do meio ambiente, sob diferentes aspectos e abordagens, sendo um marco de relevância, em 1968, a *Conferência Internacional sobre a Utilização Racional e a Conservação dos Recursos da Biosfera*, promovida pela UNESCO, quando vários programas institucionais passaram a ser desenvolvidos, congregando especialistas de várias partes do mundo, a partir das necessidades emergenciais. (Guimarães, 2007).

Destes programas internacionais, interessa-nos, em especial, o Programa *Man and Biosphere* (MAB), criado em 1970 e aprovado de modo formal pela ONU na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente – 1ª. Cúpula da Terra –, em 1972. Seus objetivos prioritários estavam correlacionados tanto à qualidade de vida das populações humanas quanto à qualidade ambiental, buscando proporcionar o intercâmbio e a difusão de conhecimentos respectivos aos problemas ambientais, soluções e alternativas para um desenvolvimento sustentável, mediante programas de educação ambiental.

De acordo com Guimarães (2007), no contexto do Programa MAB, temos, em 1973,

a publicação do *Expert Panel on Project 13: Perception of Environmental Quality/Final Report, MAB Report Series/UNESCO*. (Unesco, 1973), apresentando uma análise dos aspectos conceituais relacionados à percepção ambiental, destacando a relevância dos estudos e pesquisas teóricas e aplicadas sobre percepção da qualidade ambiental, no contexto de um reconhecimento e compreensão objetiva e subjetiva das relações entre homem e biosfera, para a gestão integrada, participativa e adaptativa do meio ambiente. Neste documento também é apresentado um diagnóstico referente ao então ‘novo campo’ de estudos desenvolvido e suas áreas do conhecimento de abrangência, visando à incorporação das dimensões socioeconômicas, culturais, políticas, etc., assim como o direcionamento dos estudos para determinadas áreas consideradas problemáticas devido a conjunturas geográficas especiais, sendo consideradas, portanto, seis áreas prioritárias para os diagnósticos e prognósticos:

1. Percepção dos riscos ambientais;
2. Percepção de áreas ecológicas isoladas ou periféricas;
3. Percepção de parques nacionais e outras áreas naturais relativamente inalteradas;
4. Percepção de paisagens culturais devido a sua importância ecológica, histórica e estética;
5. Percepção da qualidade de ambientes urbanos;
6. Desenvolvimento e aperfeiçoamento de modelos visando melhorias de estratégias políticas e de planejamento ambiental. (Unesco, 1973, p. 5-6).

As áreas 1, 4 e a 6, interessam-nos especialmente quando analisamos locais turísticos e associamos a implantação de programas de educação geográfica e ecológica para a proteção e defesa civil, integrados a sistemas de cogestão adaptativa, sob a perspectiva da percepção e interpretação de riscos e desastres ambientais, de suas vulnerabilidades naturais e sociais, impactos e efeitos associados às variações espaciotemporais. Estas áreas se relacionam intimamente, quando consideramos as paisagens naturais e culturais, fluxos sazonais de visitantes, sistemas de alertas e monitoramentos, desenvolvimento tecnológico, infraestruturas existentes, condições socioeconômicas, medidas preventivas e mitigadoras, condições locais do receptivo turístico, no bojo da avaliação da paisagem de risco como um sistema adaptativo complexo, principalmente quando tangenciamos conjunturas relacionadas à sua multifuncionalidade e à sua tutela e salvaguarda.

No *Expert Panel on Project 13: Perception of Environmental Quality*, o meio ambiente é considerado como um sistema multidimensional de inter-relações complexas, em contínuas transformações resultantes de processos interativos de origem natural e antrópica. (UNESCO, 1973, p.11; Guimarães, 2007). Já o conceito de percepção da qualidade ambiental apresentado, envolve aspectos pertinentes à variação dos níveis de acuidade perceptiva, adaptação, respostas e preferências culturais; aos valores e significados individuais e coletivos que o ser humano atribui ao meio ambiente,

em suas dimensões natural e construída, influenciado por múltiplos fatores:

By perception in this context is meant the ways in which man senses and understands the environment (natural and man-made), especially influenced by social and cultural factors. This involves a consideration of the level of knowledge and its organization, the values that are placed upon environment, man's preferences, and the way which choices are exercised and conflicts resolved. (UNESCO, 1973, p.9).

Posteriormente, o Programa MAB, publicava, no ano de 1977, o documento *“Guidelines for fields studies in environmental perception: MAB - Technical Notes 5”*, de autoria de Anne V.T. Whyte, constituindo-se em uma das principais referências clássicas para o desenvolvimento e avanço dos estudos de percepção ambiental na área da Geografia, reiterando a compreensão da interdependência entre o homem e a biosfera, ao considerar que toda decisão e toda ação humana, individual ou grupal, sobre o ambiente se encontram fundamentadas não somente nos elementos objetivos, mas também nos subjetivos, sendo tal constatação a base da pesquisa da percepção ambiental. (Guimarães, 2007).

Sob este entendimento, Whyte considerou o significado da expressão *percepção ambiental*, como “la prise de conscience et la compréhension par l’homme de l’environnement au sens large”. (Whyte, 1977, p.18). Ainda no quadro dos conceitos referenciais apresentados em seu relatório, a autora considerou os significados e aspectos valorativos dos pontos de vista (interior e exterior), e a conjugação das percepções derivadas a partir da experiência humana:

L’un des objectifs importants des recherches basées sur la perception de l’environnement consiste à obtenir une compréhension systématique et scientifique du point de vue obtenu à partir de l’intérieur, en vue de compléter l’approche scientifique traditionnelle, abordée de l’extérieur. Le point de vue de l’intérieur peut être celui d’un individu quelconque, d’une collectivité locale, ou même d’une population rurale dans son ensemble. (Whyte, 1977, p. 13)

Ainda durante as décadas de 1970 e 1980, segundo Matsushima (2014), os estudos de Ian Burton e sua equipe, no Canadá, tiveram também como preocupação a percepção de riscos e desastres ambientais, associados a outros centros de pesquisas e a União Geográfica Internacional (UGI) e ao MAB. As diretrizes dos trabalhos desenvolvidos estavam voltadas à adoção de ajustamentos e estratégias frente às vulnerabilidades ambientais, aos processos de adaptação e resiliência derivados das experiências, expectativas, respostas e comportamentos, visando tanto uma melhor compreensão das ocorrências destes fatos, como também políticas e programas de prevenção e mitigação dos impactos e efeitos diretos e indiretos, nas áreas atingidas por eventos naturais extremos.

Neste mesmo período, a *Comissão sobre o Homem e o Meio Ambiente* da UGI elenca-va os estudos de riscos naturais como uma de suas principais preocupações, tendo em

vista os levantamentos, identificação, mapeamentos e organização de bancos de dados realizados na época, e divulgados pela *United Nations Disaster Relief Organization* (UNDRO), fundada em 1971 e sediada em Genebra. No bojo destes cenários, preocupações crescentes eram observadas quanto à segurança internacional e o crescimento dos custos globais advindos destes eventos extremos, principalmente levando-se em consideração regiões já fragilizadas devido a distintos e complexos contextos geográficos, à combinação de suas variáveis, evidenciando o aumento da complexidade de suas vulnerabilidades sociais e naturais, numa imbricada trama. (Matsushima, 2014).

Entretanto, as circunstâncias e motivos apresentados por Burton, Kates e White (1978), continuam a ser motivos de preocupações que se agravam na atualidade, visto que ao se mesclarem numa sucessão de processos interativos, comprometem o acesso às novas tecnologias especializadas, não só pela insuficiência de recursos econômicos, como igualmente pelas escolhas políticas, representando restrições diretas e indiretas às possibilidades de implantação de sistemas de gestão de riscos mais eficientes. Neste cenário futuro de iniquidades ambientais, destacam-se o aumento e a intensificação das vulnerabilidades sociais e dos conflitos derivados, acentuando as condições dinâmicas existentes em paisagens de disrupções variadas. Novas percepções são necessárias a partir destas experiências vivenciadas, novas respostas se configuram como emergenciais diante das complexidades apresentadas pelos sistemas socioecológicos em relação aquilo que está *em* risco e *sob* o risco.

4. Reflexões finais

Those aspects of the lived-world that we distinguish as places are differentiated because they involve a concentration of our intentions, our attitudes, purposes and experience. (Relph, 1976, p.43).

Diante da ocorrência de riscos e desastres ambientais em áreas turísticas necessitamos de uma percepção concernente a interação *natureza – tecnologia – sociedade*, proposta por Burton, Kates e White (1978), para avançarmos em direção a compreensão dos conceitos de *Risco*, *Resposta* e *Escolha*, tanto em relação ao entendimento das comunidades locais, como dos turistas, passo fundamental para a construção de nossos referenciais experienciais, interpretativos, atitudinais e comportamentais. Estes mesmos referenciais influenciarão na análise dos casos, bem como na seleção de respostas e alternativas disponíveis referentes aos processos de tomada de decisão, uma vez que devem ser tratados tanto objetiva como subjetivamente, quanto à percepção e valoração ambiental de seus fatores físicos e/ou socioculturais.

Sendo a magnitude a principal característica que define um evento, nos planos de emergência esta deve ser sempre avaliada com outros parâmetros simultaneamente, pois a combinação deles é que caracterizará se a ocorrência de determinado evento, é do tipo extremo ou não, capaz de causar alterações significativas na paisagem, gerando níveis de perturbação responsáveis pela modificação de suas estruturas e funcionamento. Assim, variáveis relacionadas a *frequência, duração, extensão da área, velocidade de aparecimento, dispersão espacial e espaçamento temporal*, são importantes elementos na avaliação, construção e seleção de estratégias para prevenção e mitigação de danos primários e secundários associados aos riscos ambientais. Devemos considerar igualmente, os níveis de estresse e a capacidade de resiliência das comunidades envolvidas, garantindo possibilidades de ações proativas (alertas, evacuação, etc), observando os modos de adaptação e ajustamentos intencionais e acidentais, mais a capacidade de absorção do evento pelos diferentes segmentos de populações.

Ainda fundamentando-se em Burton, Kates e White (1978, p. 26) torna-se necessário elucidar que os critérios de mensuração e avaliação dos eventos extremos são baseados em convenções culturais, conhecimento científico, disponibilidade dos dados, além das necessidades funcionais. Estas são algumas das principais razões da urgência de avaliarmos as percepções e interpretações referentes à capacidade de absorção do risco, de seus limiares críticos e das vulnerabilidades a que as comunidades estão expostas, ao habitarem um mesmo espaço vivido, uma vez que estas criam suas próprias territorialidades e representações sociais, que podem ou não apresentar intersecções e variações espaciotemporais.

Aceitar as perdas, suportar condições de estresses (envolvidos pela capacidade de resiliência), mais a escolha das mudanças adequadas às especificidades locais, deveriam ser aspectos que as instituições governamentais considerassem no desenvolvimento de políticas de âmbito local, regional e nacional, permitindo a maior eficácia e efetividade de seus direcionamentos. As proposições de diretrizes políticas e de planejamento ambiental para as localidades turísticas devem considerar padrões distintos, porém interdependentes e inclusivos: (1) planos de medidas mitigadoras em caso de desastre; (2) monitoramento de eventos naturais extremos; (3) medidas de redução significativas dos danos efetivos e potenciais, e (4) gestão integrada de riscos, em especial quando ocorrem combinações complexas. (Burton; Kates e White, 1978, p. 161).

Numa perspectiva histórico-cultural, diante da percepção ambiental e das imagens de ruínas e destruição de um pós-desastre, sabemos que é fundamental para a atividade turística a proteção dos recursos paisagísticos, porque estes devem ser interpretados como receptáculos da própria história de seus lugares, espaços re-

ferenciais dos mapas afetivos da comunidade, abarcando uma multiplicidade de valores intrínsecos e extrínsecos, ao visarmos a qualidade ambiental da paisagem em equilíbrio com a qualidade de vida de suas populações. Também no que tange às paisagens turísticas e de riscos, devemos eleger e agregar indicadores mais alinhados com nossas abordagens, visto que envolvem valorações e significados que garantem sua visibilidade, qualidade visual e importância, tais como: valor histórico, atividades econômicas, atividades de lazer, memória coletiva e sentido de lugar. (Matos, 2010; Matos; Guimarães, 2011).

A seleção estratégica destes tipos de indicadores socioculturais, propicia uma ampliação do nosso horizonte de estudos e de compreensão sobre os sistemas adaptativos complexos, expandindo nossas preocupações muito além dos marcadores e indicadores de sensibilidades referentes ao meio físico e biológico, ao reconhecermos os seus aspectos afetivos, cognitivos e valorativos, pois nos permitem assegurar níveis de resiliência psicossocial e ambiental mais equilibrados para as comunidades, em relação aos riscos ou desastres, impedindo colapsos decorrentes das pressões e perturbações cumulativas e das situações de estresse causadas por tais eventos súbitos. (Matos; Guimarães, 2011).

Ao analisarmos as paisagens turísticas *de risco* e *em risco* em seus valores objetivos e subjetivos, diante dos desastres ambientais, sabemos que não basta somente estimularmos o turismo através de arranjos meramente institucionais, mas fundamentá-lo mediante processos participativos, lideranças contingenciais, tendo em vista valores comunitários significativos, programas de educação para defesa e proteção civil, redes de comunicação eficientes, compartilhamento de poderes representativos e adaptados às identidades territoriais e culturais, objetivando processos de cogestão adaptativa.

Na atualidade, porém, continuamos a observar a conjugação de esforços nacionais e internacionais nos rumos das tendências de políticas preventivas e mitigadoras cujos objetivos têm como metas garantir condições básicas de segurança social, qualidade ambiental e de vida, contudo, paralelamente ainda permanecem condições determinantes adversas em muitos casos, subsidiadas por programas, políticas e legislações ineficazes e descoordenadas, levando ao agravamento das consequências primárias e secundárias, como também a efeitos colaterais imprevisíveis para as sociedades e as atividades turísticas.

Ao ignorarmos a existência dos riscos ambientais, ignoramos as próprias comunidades atingidas, tornando estas ainda mais vulneráveis...

Referências

BBC-Brasil. Terremoto causa pânico em ilha da Indonésia, 24/01/2005. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2005/01/050124_quakeg.shtml>. Acesso em: 23 de junho de 2014.

BERQUES, F.; COLDING, J.; FOLKE, C. Navigating social-ecological systems: building resilience for complexity and change. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BURTON, I.; KATES, R. W.; WHITE, G. F. The environment as a hazard. Oxford Press, 1978.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA – CICV. Indonésia: a resposta humanitária desde o tsunami: Relatório de operações, 13/04/2005. Disponível em: <

<http://www.icrc.org/por/resources/documents/update/6e8gfv.htm>>. Acesso em: 23 de junho de 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. Turismo. Praias da Tailândia afetadas por tsunami em 2004 ainda falham em segurança. 03-11-2012. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/turismo/1179058-praias-da-tailandia-afetadas-por-tsunami-em-2004-ainda-falham-em-seguranca.shtml>>. Acesso em: 21 de maio de 2014.

GUIMARÃES, S.T.L. Paisagens: aprendizados mediante experiências. Um ensaio sobre interpretação e valoração da paisagem. 2007. Tese (Livre-docência) 2007. – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2007.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. São Luiz do Paraitinga (SP) é patrimônio cultural brasileiro, 10/12/2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15771&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 25 de junho de 2014.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. São Luiz do Paraitinga (SP) s.d. Disponível em:< <http://portal.iphan.gov.br/portal/montar-PaginaSecao.do;jsessionid=87C25CEBF3D12772861656399844CF84?id=18116&retorno=paginalphan>>. Acesso: 25 de junho de 2014.

MAIL ON LINE (2012). Survivors of 2004 tsunami left horrified after being ‘ambushed’ by trailer for movie about Boxing Day tragedy, 25/12/2012. Disponível em: < <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2253133/Boxing-Day-Tsunami-Survivors-2004-tsunami-left-horrified-ambushed-trailer-movie-Boxing-Day-tragedy.html#ixzz364ZR4plf>>. Acesso: 25 de junho de 2014.

MATOS, M. P.; GUIMARÃES, S. T. de L. A percepção ambiental em planos de emergên-

cia: uma proposta para os estudos de sensibilidade ambiental a derrames de óleo. In: GUIMARÃES, S. t. de L. et al. Gestão de áreas de riscos e desastres ambientais, 2012, p. 121-150. Disponível em: < http://www.rc.unesp.br/igce/newpos/new_geo/downloads/livrospos/gestao/gestao_de_areas.pdf>. Acesso: 25 de junho de 2014.

MATOS, M. P. A sensibilidade do lugar: uma proposta metodológica para aplicação da percepção ambiental nos planos de emergência a derrames de óleo. Tese (DOUTORADO EM GEOGRAFIA), 2010. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2010. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/brc/33004137004P0/2010/matos_mp_dr_rcla.pdf. Acesso: 25 de junho de 2014.

MATSUSHIMA, T. da S. Risco e perigo ambientais: uma análise conceitual. 2013. Monografia (Especialização). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2014.

NAVEH, Z. Ten major premises for a holistic conception of multifunctional landscapes, *Landscape and Urban Planning*, Amsterdam, n. 57, p. 269-284, 2001. Disponível em: < <http://tx.technion.ac.il/~znaveh/files/Landscape%20Ecology%20Theory%20and%20Global%20Applications/Ten%20major%20premises%20for%20a%20holistic%20conception%20of%20multifunctional%20landscapes.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2014.

NAVEH, Z. The total human ecosystem: integrating ecology and economics, *BioScience*, Washington, v. 50, n. 4, p. 357-361, 2000.

NOTÍCIANAHORA. Dois anos após inundação, São Luiz do Paraitinga está 80% reconstruída, 01/01/2012. Disponível em:<

http://www.noticianahora.com.br/brasil/noticia/dois-anos-apos-inundacao-sao-luiz-do-paraitinga-esta-80-reconstruida/103649#.U6oap_IdWx1>. Acesso: 24 de junho de 2014.

R7 – NOTÍCIAS. São Luís do Paraitinga: fotos, 06/01/2010. Disponível em:< <http://noticias.r7.com/sao-paulo/fotos/destruicao-de-sao-luis-do-paraitinga-48.html#fotos>>. Acesso: 24 de junho de 2014.

R7 – NOTÍCIAS. Quase dois anos após tragédia, São Luiz do Paraitinga ainda não tem estrutura para evitar grandes enchentes. Disponível em:<

<http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/a-tres-meses-de-estacao-chuvosa-paraitinga-nao-tem-estrutura-para-evitar-grandes-enchentes-20120829.html>>. Acesso: 22 de junho de 2014.

RELPH, E. Place and placelessness. London: Pion, 1976.

ROSIN, A. C.; CUNHA, I. A. DA; CUNHA, R. D. S. da. APELL: a preparação da comunidade para emergências ambientais. In: GUIMARÃES, S. t. de L. et al. Gestão de áreas de riscos e desastres ambientais, 2012, p. 204-225. Disponível em: < http://www.rc.unesp.br/igce/newpos/new_geo/downloads/livrospos/gestao/gestao_de_areas.pdf>. Acesso: 25 de junho de 2014.

UNESCO. Expert panel on project 13: perception of environmental quality. Final Report. Programme on Man and the Biosphere (MAB). Paris: UNESCO, 1973.

UNIVERSO ONLINE – UOL. Veja como o tsunami se espalhou pelo Oceano Índico, 27/12/2004. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2004/12/27/ult1859u7.jhtm>>. Acesso em: 23 de junho de 2014.

VEJASP. São Luiz do Paraitinga sofre com as chuvas do início de ano 2010). Disponível em: <<http://vejasp.abril.com.br/materia/sao-luiz-do-paraitinga-sofre-com-as-chuvas-do-inicio-de-ano>>. Acesso: 24 de junho de 2014.

WHYTE, A. V T. Guidelines for fields studies in environmental perception: MAB - Technical Notes 5. Paris: UNESCO, 1977.